

## ESTUDANTES SURDOS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS OUVINTES EM ESCOLA BILÍNGUE

Liliane Assumpção de OLIVEIRA<sup>1</sup>

Wladia Felix Espírito SANTO<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir de pesquisa de cunho teórico bibliográfico e descritivo, com o intuito de compreender a importância da escola bilíngue, como ambiente linguístico favorável a aprendizagem e ampliação do vocabulário em LIBRAS para estudantes surdos, provenientes de famílias ouvintes. Uma educação bilíngue baseia-se na aceitação da LIBRAS como língua materna do surdo, pois estudos apontam para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a Língua de Sinais como natural e única, capaz de desenvolver plenamente os aspectos biopsicossociais do indivíduo com surdez. A criança surda que nasce em uma família ouvinte enfrenta, desde o nascimento, uma barreira gerada pelas expectativas de seus pais, os quais, naturalmente desejam que ela também seja ouvinte. Assim, tem-se como hipótese deste estudo, que a escola bilíngue para surdos é o ambiente adequado e favorável ao desenvolvimento da LIBRAS, pois vindos de famílias ouvintes, as crianças não têm acesso a esse tipo de comunicação e, desta forma, cabe à escola o desafio de assegurar que os surdos mergulhem no universo cultural da surdez e da Língua de Sinais. Maneira pela qual o estudante surdo poderá acessar o direito a um desenvolvimento análogo ao das crianças ouvintes, tornando-se parte integrante e participativa dessa sociedade.

**Palavras-chave:** Educação Bilíngue. Família Ouvinte. LIBRAS. Surdez.

### *DEAF STUDENTS FROM HEARING FAMILIES IN A BILINGUAL SCHOOL*

---

1 Especialista em Educação Especial (IBEPEX), Licenciada em Educação Física (PUC/PR) e Pedagogia (Unijales). Coordenadora do curso Letras Libras na Faculdade Unina. E-mail: liliane@unina.edu.br.

2 Especialista em Educação Especial e Inclusiva (Bagozzi). Professora da Educação Básica no Estado do Paraná. E-mail: [wladiafelix@gmail.com](mailto:wladiafelix@gmail.com).

## ABSTRACT

This article was elaborated from a bibliographic and descriptive theoretical research, in order to understand the importance of bilingual school, as a favorable linguistic environment for learning and expanding vocabulary in LIBRAS for deaf students, from hearing families. A bilingual education is based on the acceptance of LIBRAS as the mother tongue of the deaf, as studies point to this proposal as being the most suitable for teaching deaf children, considering that it considers sign language as natural and unique, capable of fully develop the biopsychosocial aspects of the individual with deafness. The deaf child born in a listening family has faced, since birth, a barrier generated by the expectations of his parents, who, naturally, want him to be a listener as well. Thus, the hypothesis of this study is that the bilingual school for the deaf is the appropriate and favorable environment for the development of LIBRAS, since children from hearing families, children do not have access to this type of communication and, thus, it is up to the school the challenge of ensuring that deaf people immerse themselves in the cultural universe of deafness and sign language. Way in which the deaf student will be able to access the right to a development similar to that of hearing children, becoming an integral and participatory part of this society.

**Keywords:** Bilingual Education. Family Listener. Brazilian Sign Language. Deafness.

## INTRODUÇÃO

A educação de surdos teve, recentemente, uma grande visibilidade quando foi tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2017. Porém, para aqueles que já atuam com esses estudantes, uma das principais questões educacionais se refere ao uso da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – de forma fluente, garantindo o direito legal definido no Decreto 5.626/2005, de um ensino bilíngue de qualidade.

Uma educação bilíngue baseia-se na aceitação da LIBRAS como língua materna do surdo, e os estudos apontam para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a Língua de Sinais como natural e única, capaz de desenvolver plenamente os aspectos biopsicossociais do indivíduo com surdez.

Entretanto, essa não é uma realidade fácil, isso porque a maioria dos

surdos é proveniente de famílias ouvintes, que não utilizam a LIBRAS como forma de comunicação.

Sendo assim, pretende-se com esta pesquisa, compreender a importância da escola bilíngue como ambiente linguístico favorável aos usuários e a ampliação do vocabulário da LIBRAS de estudantes surdos, matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental e provenientes de famílias ouvintes. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: a) descrever a realidade linguística de crianças surdas oriundas de famílias ouvintes; b) apresentar a LIBRAS como principal forma de comunicação dos surdos; e, c) compreender a importância da escola como referência linguística para o desenvolvimento da LIBRAS por estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Esta pesquisa tem cunho teórico bibliográfico e descritivo, possibilitando levantar o conhecimento disponível sobre o tema, identificar, analisar e avaliar as contribuições, na busca por auxiliar a compreensão do assunto bem como suas implicações.

Segundo o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, 9,7 milhões de pessoas têm alguma deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, também chamada de surdez, situação em que há uma perda significativa da audição. Cerca de um milhão tem menos de 19 anos. Para uma parcela significativa desses sujeitos, a LIBRAS é a principal forma de comunicação, considerada língua materna, adquirida de forma natural, e meio que garante ao indivíduo surdo pleno acesso ao mundo a sua volta.

Com isso, compreende-se que a aprendizagem e o desenvolvimento da LIBRAS, pode contribuir para fortalecimento de um ambiente linguístico favorável, com modelos linguísticos surdos e profissionais bilíngues, que venham suprir a falta de referência da família ouvinte, que utiliza apenas da oralidade para se comunicar.

Partindo desse pressuposto, tem-se como hipótese deste estudo, que a escola bilíngue para surdos é o ambiente adequado e favorável ao desenvolvimento e ampliação de interações e do vocabulário da LIBRAS, pois oriundos de famílias ouvintes, as crianças nem sempre terão acesso a LIBRAS enquanto língua de base para sua comunicação.

## SURDEZ, FAMÍLIA E ESCOLA

A surdez apresenta-se pela perda ou diminuição da audição. O sistema auditivo, além dessa função, também é responsável pelo equilíbrio, e é um dos sentidos utilizados para percepção e aquisição das informações oriundas do meio. Assim, a surdez pode ocorrer por problemas genéticos, desnutrição, tóxicos, traumas, infecções e outros fatores, podendo se apresentar durante o período pré-natal, perinatal ou pós-natal, ou seja, antes, durante e após o nascimento.

A perda auditiva é medida em Decibel (dB) e classificada por graus que variam de leve a profundo, e que comprometem de alguma forma o indivíduo. Nesse sentido, a surdez severa e profunda, objetos de estudo neste artigo, tem influência nas habilidades de ouvir e falar que, segundo o Manual de Procedimentos em Audiometria, do Conselho Federal de Fonoaudiologia (2013), apresentam dificuldades de entender a fala humana, mesmo que amplificada por aparelhos, dependem de outros recursos para comunicação como a leitura labial e a Língua de Sinais, pois não desenvolvem a comunicação oral de forma espontânea.

Segundo Quadros (1997), a maioria das crianças surdas que chegam às escolas são filhas de pais ouvintes, oriundas de famílias que nem sempre conhecem a realidade da surdez e, portanto, não imaginam o que fazer para uma comunicação de qualidade e esse torna-se um grande obstáculo para o desenvolvimento global da criança surda.

Por conseguinte, a necessidade de dispensar especial atenção à família, por ser o primeiro grupo que compõem o meio social imediato do estudante, e que sofre de diferentes maneiras as consequências da deficiência, quanto mais pelo desconhecimento sobre as potencialidades e opções comunicativas e educacionais da criança surda, como destaca Omote (2003).

Desse modo, a criança surda que nasce em uma família ouvinte enfrenta, desde o nascimento, as barreiras geradas pelas expectativas de seus pais, os quais, naturalmente desejam sua cura. Quando a pessoa é surda, primariamente identifica-se as dificuldades ou falta da fala oral. O fato de ser surdo, faz da

pessoa um ser diferente, estigmatizado e assim, o processo de desenvolvimento da criança surda com pais ouvintes pode ser conflitante desde o início, o que é apontado nos estudos de Silva, Pereira e Zanolli (2007).

Para o conhecimento e aceitação da surdez em uma criança, são necessários longos processos, desde o diagnóstico, para conformar os pais da singularidade que vem com a nova situação familiar, visando a aceitação da criança real, que difere significativamente do imaginado em tempos de gestação.

Com isso, destaca-se que, a maneira como os pais são orientados logo após o diagnóstico é marcante. A atitude do profissional que os atende e a qualidade do aconselhamento, influenciam nas decisões dos pais quanto ao tratamento e aos recursos comunicativos e educacionais para a criança. E, ainda que essas sejam positivas e esclarecedoras, é comum que apareçam dúvidas ao longo do desenvolvimento da pessoa surda no seio familiar, já que a surdez e suas implicações mudam a rotina aparentemente “normal” do grupo social imediato.

Estudos de Bisol, Simioni e Sperb (2008), afirmam que, no atendimento inicial às famílias de crianças surdas, nota-se que os pais questionam sobre o uso da Língua de Sinais, demonstram preocupação e ansiedade em relação à aprendizagem da fala e à integração do filho em uma sociedade ouvinte. Depois, a medida em que a família recebe informações sobre as abordagens de trabalho com referência no Bilinguismo (hoje definido por lei como meio mais eficiente para o trabalho com surdos), observa-se que algumas famílias de fato passam a compreender a importância e dar crédito à Língua de Sinais, aos métodos bilíngues e seus resultados. Todavia, para que isso ocorresse, passamos por um longo período histórico de lutas ferrenhas para um reconhecimento dos sujeitos e da língua sinalizada.

### ***BREVE RELATO DAS FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS***

No percurso histórico da educação de surdos, metodologias foram utilizadas com o intuito de promover o acesso aos saberes acadêmicos, além

de promover a sua inserção social. Foram propostos métodos como o Oralismo e a Comunicação Total com resultados insatisfatórios.

O primeiro, o Oralismo, pautava-se apenas na oralidade e não atingiu seus objetivos, visto que no período em que vigorou, a maior parte dos surdos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória. E, ainda segundo Oliveira (2011), comprovou-se que o nível educacional dos estudantes caíra de forma significativa.

A filosofia da Comunicação Total, é destacada por Capovilla (2001), como o uso de todos os meios (fala, sinais, sistemas artificiais) que possam facilitar a comunicação e, segundo o mesmo autor, “ordem de produção dos sinais sempre segue a ordem da produção das palavras da língua falada, que é emitida simultaneamente” (CAPOVILLA, 2001, p. 1483).

A Comunicação Total, significou em sua época, um avanço na área educacional para surdos, principalmente pelo acesso efetivo da Língua de Sinais. Entretanto, por outro lado, as questões das habilidades de leitura e escrita ainda estavam abaixo do esperado. Ainda não existia o enfoque da identidade surda, alcançado recentemente com a oficialização da LIBRAS, sendo constatado nesse processo que o surdo era subeducado, como afirmam autores como Ribeiro e Espírito Santo (2008).

## **LÍNGUA DE SINAIS E IDENTIDADE SURDA**

A identidade emerge diferentes papéis no convívio social. Com a junção de identidade e cultura, se funde a “identidade cultural”, que é definida por Oliveira como “sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros” (OLIVEIRA, 2011, p. 65).

Desse modo, a identidade cultural se define através dos costumes de um povo, de uma comunidade, de um grupo de indivíduos com gostos e características tanto culturais quanto de identidade comuns.

Logo, a comunidade surda passa por uma construção, e em meio à mesma encontra-se a identidade cultural. A identidade surda mostra-se a partir da

aceitação da Língua de Sinais como algo natural, uma comunicação. Segundo Baggio e Casa Nova:

Até então, as representações sobre a surdez e o surdo eram marcadas pelo discurso da deficiência. O sujeito surdo era identificado pela falta, pela incapacidade e referido como surdo-mudo ou\deficiente auditivo. A identidade do surdo, aqui, era atribuída socialmente mais pela inexistência da fala do que pelo déficit de audição (BAGGIO; CASA NOVA, 2006, p. 66).

As características do surdo implicavam em tornar a comunidade surda estigmatizada, como se não existisse uma comunicação efetiva, rebaixando o significado e identidade cultural.

Atualmente, a visão da surdez desloca uma discussão da surdez de deficiência para o reconhecimento da diferença. Segundo os mesmos autores Baggio e Casa Nova (2006), usar a Língua de Sinais é a referência fixa para a construção de uma identidade surda unificadora.

Essa construção da identidade surda, insere-se nas discussões mais amplas de identidade ou identidades, e a LIBRAS é a principal característica para a formação tanto da identidade cultural, quanto das comunidades surdas, contrapondo os pensamentos mais antigos sobre mudez, ou ausência da fala.

Em contrapartida, para a autora Sá (2002), não é saudável dizer que há uma “identidade, cultura, ou perspectiva surda unificadora, pois os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física entre outras fontes de ‘diferença’” (SÁ, 2002, p. 66).

Com isso, a autora entende que esse assunto rotula a comunidade de surdos como única, como se todos os surdos apresentassem as mesmas características, quando a identidade social, cultural e pessoal de cada indivíduo é diferente; e até nas diferenças ainda podemos encontrar outras diferenças. Baggio e Casa Nova relatam que:

A construção da identidade surda, ou das identidades surdas, não tem como referencial único e fixo o uso da língua de sinais. Essa construção ocorre no encontro do sujeito com o grupo, ou com os grupos nos quais

a experiência visual da surdez, como um dos atributos constitutivos da diferença, possa envolver todo tipo de significações, representações e/ou produções, seja no campo intelectual, linguístico, ético, estético, cognitivo, cultural, etc. (BAGGIO; CASA NOVA, 2006, p. 67).

A cultura das comunidades surdas se baseia em experiências visuais e táteis, além de expressões linguísticas. Para os autores (BAGGIO; CASA NOVA, 2006, p.67), os patrimônios culturais da comunidade surda se constituem em: expressões linguísticas, que envolvem tanto a Língua de Sinais formal ou a linguagem de gestos caseiros desenvolvidos na família de surdos que não tem acesso a língua reconhecida; (a Língua de Sinais, ou a linguagem gestual caseira de surdos que não tem acesso à língua); se constituem em patrimônios éticos, ou seja, o entendimento político da surdez como diferença, a luta pela oficialização e reconhecimento da Língua de Sinais, e estéticos, que se manifestam pelo teatro surdo, literatura surda e arte visual produzida por surdos e ainda os patrimônios materiais.

A cultura surda é reproduzida a partir do modo em que a comunidade surda se vê e vê o mundo, não de uma forma apenas, mas de diferentes formas, revelando o patrimônio cultural e de identidade surda. Para Perlin e Strobel:

Cultura surda é o jeito surdo de entender o mundo e de modifica-lo e torna-lo acessível e habitável ajustando-os com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (PERLIN; STROBEL, 2008, p. 68).

Esse conceito de identidade e cultura já apresentado, nos possibilita aprofundar compreensões sobre as línguas de sinais, para os quais os estudos de William Stokoe, iniciados na década de 1960, com referência na Língua de Sinais americana, comprovaram que as línguas de sinais são complexas, estruturadas e que preenchem todos os requisitos de uma língua oral, tendo apenas o diferencial que é a modalidade espaço-visual.

Para Ciccone, as “[...] línguas de sinais e o português, no caso do Brasil, são



idiomas autênticos, e que equivalem em níveis de qualidade e importância” (CICCONE, 1990, p. 70).

Sendo assim, a Língua de Sinais é a principal forma de comunicação para os surdos, e é considerada sua língua natural. É indiscutível o valor da Língua de Sinais para a comunicação da comunidade surda. Segundo Coll, Marchesi e Palácios (2004), trata-se de um sistema linguístico estruturado, com uma coerência interna e um sistema de regras capaz de produzir todo tipo de expressões e significados.

Os autores (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2004), ainda relatam que a Língua de Sinais é considerada natural, pois surgiu de uma necessidade em comum, sendo um meio de comunicação que abrange toda a linguagem apropriando-se dos significados, assim como a fala. Possui suas diferenças, sendo caracterizada pela modalidade visual e espacial, apresentada por gestos, assim como, pelas expressões faciais que são necessárias, podendo também ter derivações de acordo com cada país.

O reconhecimento da LIBRAS como forma de comunicação das comunidades surdas do Brasil, foi a partir da publicação da Lei nº 10.436/2002:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

No ano de 2005, a partir da publicação do Decreto nº 5626, houve a inserção da Língua de Sinais no ensino superior público e privado, nos cursos de formação de professores, garantindo o direito aos surdos de uma educação bilíngue. Ainda assim, há grandes obstáculos para com o surdo, e sua «integração» na sociedade, há muito que modificar para a efetiva inclusão e respeito à diversidade. Conforme Dizeu e Caporali:

A nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem. Sendo assim, podemos depreciar relatos que afirmam ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, pois a verdadeira limitação está nas condições oferecidas a esse sujeito surdo (DIZEU; CAPORALI, 2005 p. 587).

Para as autoras, é necessário que a criança surda seja inserida na comunidade surda o quanto antes, pois somente assim poderá desenvolver sua comunicação por meio da LIBRAS, desenvolvendo seu potencial. Visto que, é por meio da linguagem que a criança é capaz de estabelecer um diálogo, conhecer diferentes perspectivas e conviver socialmente. Assim, pode exercer sua cidadania e estruturar sua identidade surda. As autoras ainda destacam que, o que mais angustia os pais de um filho surdo não é a surdez, mas as dificuldades comunicativas acarretadas por esta.

Os pais sofrem por causa desse obstáculo existente na sua relação com o filho surdo, já que é comum a língua oral envolvida nesse das famílias de surdos.

Nesse sentido, a escola passa a ter uma importância maior para os estudantes surdos do que para os ouvintes, pois torna-se um meio linguístico favorável ao desenvolvimento da LIBRAS, da qual muitos são privados no ambiente familiar. Daí a necessidade de a criança surda, filha de pais ouvintes, bem como de sua família, serem inseridos no contato com surdos adultos usuários de Língua de Sinais e também com profissionais ouvintes bilíngues, que são fluentes em LIBRAS.

### ***A PROPOSTA DA ESCOLA BILÍNGUE***

A escola bilíngue, ideal para estudantes surdos brasileiros, segundo Quadros (1997), parte de uma proposta de ensino que se propõe a tornar acessível à criança surda o Bilinguismo com duas línguas no contexto escolar: a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Oliveira (2011) destaca que:

Neste modelo a LIBRAS é considerada sempre a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa é a segunda (L2). Isso porque a LIBRAS é considerada natural e adquirida de forma espontânea pelos surdos, e ainda conta com a integridade do canal visuogestual; já a Língua Portuguesa deve ser ensinada de forma sistemática e gradativa (OLIVEIRA, 2011, p. 75).

A LIBRAS é considerada como primeira língua, por ser adquirida de forma natural e espontânea pelos surdos, de fácil desenvolvimento e aprendizagem. Desse modo, o português é entendido como segunda língua, sistemática, mais complexa e gradativa para o aprendizado pelos surdos.

O Bilinguismo é a principal via, através da qual, a criança surda poderá ser atendida nas suas necessidades, comunicar-se com os pais e familiares desde tenra idade, além de desenvolver suas capacidades cognitivas, adquirir conhecimentos sobre a realidade externa, comunicar-se plenamente com o mundo circundante e converter-se num membro da comunidade surda, incluída na comunidade ouvinte, como afirmam Ribeiro e Espírito Santo (2008).

A materialização da aprendizagem de estudantes surdos, se dá por interações cotidianas proporcionadas em função da experiência visual que os mobiliza desde o nascimento, potencializando as possibilidades de comunicação mediadas simbolicamente pela Língua de Sinais, em contato com outros surdos.

Diante disso, a educação bilíngue do estudante com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional. Ademais, poder usufruir de seus direitos escolares, exercer sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Segundo Dorziat (1998), os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o estudante surdo com qualidade. Por esse motivo, a escola bilíngue precisa implementar ações que tenham sentido para os estudantes surdos. Mais do que a utilização da Língua de Sinais, eles precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e

explorem suas capacidades em todos os sentidos.

No Brasil, as experiências escolares, em consonância com uma abordagem Bilíngue para surdos, são muito recentes e as propostas pedagógicas nessa linha ainda não estão sistematizadas. Existem poucas publicações científicas sobre o assunto, falta de professores bilíngues, os currículos são inadequados e os ambientes bilíngues quase inexistentes. Não se pode descartar outros fatores, tais como: dificuldade para formar professores com surdez num curto período de tempo; a presença de um segundo professor de Língua Portuguesa para os estudantes surdos; e, a falta de conhecimento a respeito do Bilinguismo.

O desafio frente à aprendizagem da Língua Portuguesa é uma questão escolar importante. A Língua Portuguesa é difícil de ser assimilada pelo estudante surdo. Segundo Perlin (2003), “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, por exemplo, a epistemologia de uma palavra, sua leitura e sua escrita” (2003, p. 56). **É evidente que as dificuldades se apresentam na aquisição da fala e da escrita, mas afirmar que um surdo não pode aprender é como falar do** déficit e não considerar a precariedade das práticas de ensino disponíveis para esse aprendiz.

Há, dessa forma, urgência de ações educacionais que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem das pessoas surdas. A Língua de Sinais é o principal meio de interação e comunicação utilizada pelos surdos, mas somente o seu uso pelos estudantes não ameniza as dificuldades escolares. É necessário domínio de outros saberes que lhes garantam viver, produzir, tirar proveito dos bens existentes na sociedade e no mundo em que vivemos.

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas surdas. Torna-se urgente, repensar as práticas para que os estudantes não se firmem na ideia de que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas de limites impostos pela surdez, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

Desse modo, é necessário fazer uma ação-reflexão-ação permanente acerca desse tema, visando o sucesso escolar das pessoas surdas, tendo em vista as possibilidades de frequentar e aprender em escolas bilíngues, contra o discurso da exclusão escolar e a favor de novas práticas educacionais que

respeitem as diferenças.

Os valores da educação bilíngue são diversos, Botelho cita “a importância dada à leitura é parte do conjunto de condições necessárias para que os surdos se tornem competentes a ler e escrever” (2005, p. 117), pois em seus estudos e conhecimentos adquiridos, há a falta ou até ausência da leitura e escrita. A autora nos diz ainda, que na escola o surdo não é inserido no trabalho com a escrita enquanto não adquire domínio da leitura e da Língua de Sinais.

A Língua de Sinais para os surdos proporciona os melhores e mais práticos aprendizados, segundo a autora:

Há a valorização intensa de atividades de narrar: os surdos contam e vêem, outros contam histórias, reais e imaginárias, em Língua de Sinais, a partir ou não de textos escritos. E aprendem a não conceber o aprendizado da língua escrita como uma ameaça de supressão da Língua de Sinais, e, por conseguinte, à sua atividade. Aprendem a dar valor equivalente à língua escrita, à língua oral e à Língua de Sinais (BOTELHO, 2005, p. 118).

A valorização da leitura e escrita, sem oposição ao uso da LIBRAS, ocorre principalmente em atividades de narrar a partir de textos escritos e contados como histórias. A partir dessas práticas, o preconceito em relação às outras línguas, nesse caso, a oral e escrita, é evitado, transparecendo o real conceito, aprendendo a unir as línguas e as valorizando.

Nesse viés, a educação bilíngue proporciona um espaço de visão e conhecimento muito além de outras modalidades ligadas a surdez, segundo Botelho: “[...] educação bilíngue trabalha na perspectiva de formar cidadãos e não fonoarticuladores e leitores de lábios de palavras ou frases simples. Rompe as mentalidades mantidas pelo Oralismo” (2005, p. 118-119). Assim, a educação bilíngue dá à linguística a Língua de Sinais e garante ao surdo um lugar relevante na educação.

Dessa maneira, à escola, cabe o desafio de assegurar que os surdos adentrem no universo cultural da surdez e da Língua de Sinais. Logo, a criança deve ser recebida na escola por um membro que pertença a sua comunidade

cultural, social e linguística, oportunizando uma referência de identidade. Assim, a criança surda, precisa compreender-se surda e assumir-se como parte de uma comunidade, com características culturais e linguísticas comuns, que se distancie da busca pelo padrão social ouvinte, respeite a diversidade, enfatize o respeito e a diferença, e oportunize sua comunicação sinalizada. Desse modo, o estudante surdo terá meios para garantia do seu direito a um desenvolvimento análogo ao das crianças ouvintes, tornando-se parte integrante e participativa da nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo possibilitou analisar as contribuições de uma escola bilíngue no desenvolvimento da LIBRAS para estudantes surdos, dos anos iniciais provenientes de famílias ouvintes, pois constatou-se que é o ambiente adequado e favorável para isso, visto que as famílias não proporcionam, naturalmente, o contato com essa língua.

Apoiada pela filosofia educacional do Bilinguismo, a escola pode promover o aprendizado da LIBRAS, como primeira língua e natural dessa comunidade e proporcionar vivências para os surdos que permitam, além do uso da Língua de Sinais, a identificação cultural com colegas, profissionais surdos e ouvintes bilíngues.

Ressalta-se que, a escola bilíngue precisa promover o acesso a Língua Portuguesa, visto que a leitura e escrita são de extrema importância para qualquer acesso aos bens culturais, são meios de interação com o mundo, com o mercado de trabalho e com os saberes em geral.

Existem dificuldades, porém, ao colocar em prática a proposta de um ambiente educacional onde o convívio de crianças com adultos surdos e ouvintes letrados em LIBRAS, somados aos esforços para a compreensão da cultura, da língua e da interação do surdo no mundo circundante, torna mais próximo o ideal de uma educação de qualidade.

Esse estudo é uma ferramenta para incitar muitos acadêmicos, professores e demais profissionais da área, a aprofundarem o tema aqui

abordado. Além disso, serve de base para novas pesquisas, novos pressupostos e novos encaminhamentos, sempre no intuito de ampliar as contribuições para a educação de surdos, pois o grande desafio é respeitar e atender as diferenças em todos os seus aspectos e simultaneamente, negociar os saberes e oportunizar novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BAGGIO, M. A. e CASA NOVA, M. G. **LIBRAS.** Universidade Luterana do Brasil. Curitiba: Ibplex, 2013.

BISOL, C. A., SIMIONI, J. e SPERB, T. **Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez.** In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 21(3), 392-400: Porto Alegre, 2008.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 1 ed., 2 reimpr. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2005.

BRASIL. MEC/SEESP. **Lei 10.436/02.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2005.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Decreto nº 5626/05.** Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2005.

CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo a comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação especial.** v6 n1. 2001.

CICCONE, M. **Comunicação Total.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

DIZEU, L. C. e CAPORALI, S. A. **A língua de sinais,** constituindo o surdo como sujeito. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597. 2005.

DORZIAT, A. Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes. **Revista Espaço.** Rio de Janeiro: INES. nº 9, p. 24-29, janeiro/junho, 1998.

HORN, L. C. **Sal da terra:** Referenciais adicionais. Brasil/Português. Fortaleza:

Artes, 2001.

OLIVEIRA, L. A. **Fundamentos históricos, biológicos e legais da surdez.** Curitiba: IESDE Brasil S.A; 2011.

OMOTE, S. **A constituição social da deficiência.** In: Simpósio A Educação que se faz Especial: debates e proposições, 2003, Maringá. Maringá: UEM, 2003.

PERLIN G. STROBEL, K. **Fundamentos da Educação de surdos.** Dissertação (Licenciatura e Bacharelado em Letras/ Língua Brasileira de Sinais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2008.

PERLIN, G. **O ser e o estar sendo surdos:** Alteridade, diferença e Identidade. Tese Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação. Porto alegre: 2003.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos:** A aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIBEIRO, M. F. e ESPÍRITO SANTO, W. F. et al. **Educação Inclusiva.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SILVA, A. B. P., PEREIRA, M. C. C. e ZANOLLI, M. L. **Mães Ouvintes com Filhos Surdos:** Concepção de Surdez e Escolha da Modalidade de Linguagem. In: Psicologia - Teoria e Pesquisa. Jul-Set 2007, Vol. 23 n. 3, pp. 279-286.